

Universidade Brasil
Campus de Fernandópolis

LUCIANA SANCHES FERREIRA

ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA: UMA PROPOSTA DE
SISTEMATIZAÇÃO INICIAL

ECOTOURISM IN ILHA SOLTEIRA: A PROPOSAL FOR INITIAL
SYSTEMATIZATION

Fernandópolis – SP

2019

LUCIANA SANCHES FERREIRA

ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO
INICIAL

Orientador: Prof. Dr. Joao Adalberto Campato Junior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Fernandópolis – SP

2019

Ficha Catalográfica

F439e Ferreira, Luciana Sanches.
Ecoturismo em Ilha Solteira: uma proposta de sistema inicial / Luciana Sanches Ferreira. São Paulo – SP: [s.n.], 2019.
65 p.: il.; 29,5cm.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador (a): Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior.

1. Turismo ambiental. 2. Ilha Solteira. 3. Sustentabilidade.
4. Turismo sustentável. I. Título.

CDD 301.31

Termo de Autorização

Para Publicação de Dissertações e Teses no Formato Eletrônico na Página WWW do Respeetivo Programa da Universidade Brasil e no Banco de Teses da CAPES

Na qualidade de titular(es) dos direitos de autor da publicação, e de acordo com a Portaria CAPES no. 13, de 15 de fevereiro de 2006, autorizo(amos) a Universidade Brasil a disponibilizar através do site <http://www.universidadebrasil.edu.br>, na página do respectivo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, através do site <http://bancodeteses.capes.gov.br>, a versão digital do texto integral da Dissertação/Tese abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira.

A utilização do conteúdo deste texto, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, fica condicionada à citação da fonte.

Título do Trabalho: **“ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO INICIAL”**

Autor(es):

Discente: Luciana Sanches Ferreira

Assinatura: Luciana Sanches Ferreira

Orientador: João Adalberto Campato Jr

Assinatura: João Adalberto Campato Jr


Data: 18/abril/2019

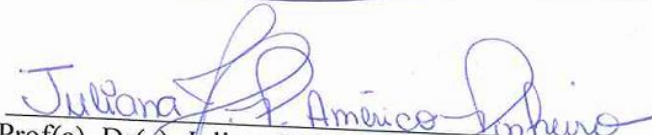
TERMO DE APROVAÇÃO

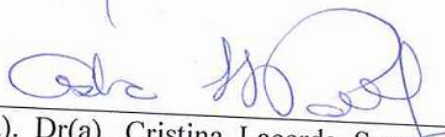
LUCIANA SANCHES FERREIRA

“ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA: UMA PROPOSTA DE
SISTEMATIZAÇÃO INICIAL”

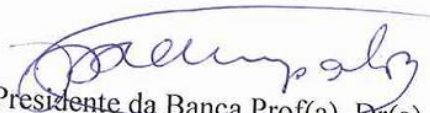
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, pela seguinte banca examinadora:


Prof(a). Dr(a) João Adalberto Campato Jr (Presidente)


Prof(a). Dr(a). Juliana Heloisa Pinê Américo Pinheiro (Universidade Brasil)


Prof(a). Dr(a). Cristina Lacerda Soares Petrarolha Silva (Faciluz / Ilha Solteira – SP)

Fernandópolis, 18 de abril de 2019.


Presidente da Banca Prof(a). Dr(a). João Adalberto Campato Jr

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo sopro da vida, aos meus pais, irmãos e sobrinhos, pelo incentivo, ao meu esposo e ao meu filho pela paciência e compreensão pelas ausências.

Agradeço ainda a FACILUZ – Faculdade Cidade Luz e à Universidade Brasil pela oportunidade, assim como aos professores e Coordenador do mestrado, que contribuíram para a minha formação acadêmica; em especial, ao professor Dr. Joao Adalberto Campato Junior, meu orientador, pela paciência, incentivo e apoio.

ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZACAO INICIAL

RESUMO

O Ecoturismo relaciona-se com o meio ambiente, o bem estar dos turistas e da sociedade local e o desenvolvimento socioeconômico do município. Ilha Solteira é uma cidade do interior do estado de São Paulo, intitulada de Estancia Turística, que movimenta a economia por meio do desenvolvimento regional de turismo técnico-científico, de pesca esportiva e náutico, porém tem potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo. O presente trabalho busca refletir sobre o ecoturismo em Ilha Solteira – SP, objetivando demonstrar capacidade para o desenvolvimento sustentável, demonstrando os sítios turísticos já reconhecidos, porém subaproveitados e os não reconhecidos pelo órgão governamental, oferecendo um panorama das potencialidades das atrações de ecoturísticas prosperas que o município oferece, para o desenvolvimento desse setor. Em paralelo, são evidenciados alguns obstáculos que Ilha Solteira tem de superar para se constituir como destino ecoturístico sólido, sustentável e viável regionalmente. Apontam-se, por fim, determinadas sugestões para que o poder municipal possa levar em conta um eventual projeto ecoturístico para o município, apontando ainda a importância da conscientização e participação da sociedade, do setor privado e dos meios educacionais para a efetividade. A pesquisa – qualitativa em suas grandes linhas - desenvolve-se de forma bibliográfica e documental, com constantes incursões a campo.

Palavras-chave: turismo ambiental, Ilha Solteira, sustentabilidade, turismo sustentável.

ECOTOURISM IN ILHA SOLTEIRA: A PROPOSAL FOR INITIAL SYSTEMATIZATION

ABSTRACT

Ecotourism is related to the environment, the well-being of tourists and local society and the socio-economic development of the municipality. Ilha Solteira and a city in the interior of the state of São Paulo, entitled Estancia Turística, which moves the economy through the regional development of technical-scientific tourism, sport fishing and nautical, but has potential for the development of ecotourism. This work aims to reflect on ecotourism in Ilha Solteira - SP, aiming at demonstrating the capacity for sustainable development, demonstrating the already recognized but underutilized tourist sites and those not recognized by the governmental body, offering an overview of the potentialities of the attractions of prosperous ecotourism that the municipality offers for the development of this sector. In parallel, there are some obstacles that Ilha Solteira has to overcome in order to become a solid, sustainable and regionally viable ecotourism destination. Finally, some suggestions are suggested so that the municipal power can take into account in an eventual ecotourism project for the municipality, also pointing out the importance of the awareness and participation of society, the private sector and the educational means for effectiveness. Research - qualitative in its broad lines - is developed in a bibliographical and documentary way, with constant incursions into the field.

Key words: environmental tourism, Ilha Solteira, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Classificação do Brasil nos indicadores de competitividade nacional.....	2-20
Figura 2 Localização de Ilha Solteira	3-31
Figura 3 Ilha Fluvial - Ilha Solteira	3-33
Figura 4 Fases de Execução do Plano Diretor de Turismo (adaptado)	3-35
Figura 5 Pesca.....	3-38
Figura 6 Centro de Conservação da fauna silvestre – zoológico	3-39
Figura 7 Parque da Mantiqueira Ley Leite Bueno – Cidade da criança.....	3-40
Figura 8 Símbolos de Ilha Solteira.....	3-41
Figura 9 Ciclovía de Ilha Solteira	3-42
Figura 10 Nautico	3-43
Figura 11 Paredão - Vista da usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e a ilha fluvial - Ilha Solteira	3-44
Figura 12 Praia Catarina.....	3-45
Figura 13 Praia Marina	3-46
Figura 14 Eclusa.....	3-48
Figura 15 Canal de Pereira Barreto.....	3-49
Figura 16 Ilha Fuvial – Ilha Solteira Figura 17 Cinco Ilhas.....	3-50
Figura 18 Ilha da ferradura com os ranchos clandestinos construídos.....	3-50
Figura 19 Trilha de descida para a praia do lixão	3-52
Figura 20 Local entre as Praias Marina e Catarina.....	3-52
Figura 21 Recanto das aguas	3-53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1-12
2	TURISMO E ECOTURISMO.....	2-16
2.1	Conceitos relacionados.....	2-16
2.2	História do Turismo e do Ecoturismo	2-22
2.3	Principais práticas relacionadas ao Ecoturismo	2-25
2.4	O ecoturismo e a educação ambiental	2-26
3	O ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA.....	3-31
3.1	Conhecendo a Estancia Turística de Ilha Solteira.....	3-31
3.2	Relação entre o turismo e o meio ambiente em Ilha Solteira.....	3-32
3.3	Turismo atual desenvolvido em Ilha Solteira: potencialidades e fragilidades ecoturísticas	3-35
3.3.1	Pesca Esportiva.....	3-37
3.3.2	Centro de Conservação da Fauna Silvestre	3-38
3.3.3	Parque da Mantiqueira Ley Leite Bueno – Cidade da criança.....	3-40
3.3.4	Artesanato	3-40
3.3.5	Ciclovía	3-41
3.3.6	A navegação.....	3-42
3.3.7	Passeios náuticos.....	3-42
3.3.8	Porto de navegação.....	3-43
3.3.9	Praias	3-44
3.4	Potenciais pontos ecoturismos a serem desenvolvidos em Ilha Solteira ..	3-47
3.4.1	Eclusagem.....	3-47
3.4.2	Navegação no canal de Pereira Barreto.....	3-48
3.4.3	Ilhas fluviais	3-49
3.5	Obstáculos a serem sanados para o desenvolvimento Ecoturismo em Ilha Solteira.....	3-50
3.5.1	Praia do Lixão.....	3-51
3.5.2	“Praia” entre as Praias Marina e Catarina.....	3-52
3.5.3	Recanto das águas.....	3-53
3.5.4	Problemas sociais.....	3-54
3.5.5	Capacitação dos servidores.....	3-55
3.5.6	Educação ambiental	3-56

3.5.7 Falta de fiscalização dos órgãos públicos.....	3-57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	4-58
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	4-61

1 INTRODUÇÃO

Tanto a concepção de turismo quanto a de meio ambiente são originárias do século XIX, embora apenas fossem relacionadas uma à outra a partir do último terço do século XX (KNAFOU, 2012). As ligações entre turismo e meio ambiente ora são tradas pelo jornalismo – situação em que se reveste de um caráter mais polêmico - ora pela ciência, em olhar mais técnico e menos militante ou ativista. O ecoturismo constitui, pois, uma consequência das várias possibilidades de articulação entre turismo e o meio ambiente.

Na esteira das diretrizes do Ministério do Turismo do Brasil (BRASIL, 2010), pode-se afirmar que o ecoturismo constitui a atividade humana que se vale, em termos sustentáveis, do patrimônio natural e cultural, estimulando-lhe a preservação e o desenvolvimento.

Busca-se, por meio do ecoturismo, estimular na população a consciência ecológica pelo conhecimento do ambiente, promovendo o bem-estar geral. Nessa mesma linha, torna-se extremamente necessário ressaltar que o ecoturismo contribui para o desenvolvimento dos municípios em várias vertentes, como na exploração do comércio, da hotelaria e do artesanato, além de proporcionar interação entre o turista e o ambiente natural visitado. Para além disso tudo, constitui ferramenta eficaz visando a capacitar e a educar as comunidades locais a fim de alcançarem desenvolvimento sustentável.

Por meio de pesquisa que alterna o delineamento bibliográfico, o documental, abordagem de campo e, em certo sentido, a pesquisa-ação, objetiva-se examinar o ecoturismo no município de Ilha Solteira/SP, investigando suas potencialidades e fragilidades, para sugerir, em seguida, alternativas para o desenvolvimento mais efetivo do município nesse ramo, principalmente com o oferecimento de um elenco de pontos turísticos dignos de visita e ciosos da sustentabilidade, que haverá de promover um turismo que respeite a ecologia, mas que possa ser economicamente viável.

Em linhas gerais, partimos, então, da leitura de documentos escritos publicados em livros, artigos e sites da internet que diziam respeito ao turismo, ao ecoturismo em geral e, também, ao ecoturismo particularmente em Ilha Solteira,

constituindo essa a etapa bibliográfica de nossa investigação. Já a etapa de pesquisa documental consistiu na análise, sobretudo, de documentos da prefeitura de Ilha Solteira, como, para ficar num exemplo de vários possíveis, o Plano Diretor da cidade. Essas leituras foram constantemente acompanhadas de visitas aos locais de interesse a fim de examiná-los *in loco* e ver até que ponto que eles correspondiam às descrições extraídas de livros e documentos oficiais.

Em certa medida, julgamos que nossa pesquisa compartilha alguns pontos da pesquisa-ação, na medida em que nossa proposta não se limita a um estudo puro e fechado em si mesmo, mas, pelo contrário, vislumbra intervir, tanto quanto possível, na realidade local, propondo uma alteração no estado de coisas em que se encontra o ecoturismo em Ilha Solteira, o que irá repercutir, sem espaço para dúvidas, em boa parte da população local.

Como se sabe, Ilha Solteira é uma estância turística banhada, entre outros cursos de água, pelo Rio Paraná, Rio Tetê e São Jose dos Dourados, dispondo de inúmeras praias, de prática de esportes náuticos, de trilhas ecológicas e de bela vegetação. No entanto, não passe despercebido o fato de que Ilha Solteira conta, ainda, com diversos pontos turísticos subaproveitados ou mesmo desconhecidos pelos turistas e população local. Nesse pormenor, reside a justificativa maior de nosso exame. Ou seja, a relevância de oferecer ao município um retrato organizado – ainda que não acabado ou completo - de suas potencialidades turísticas, ao mesmo tempo em que apresenta uma advertência do que é necessário realizar para poder tirar o máximo partido da indústria do turismo na modalidade ecológica.

Com efeito, busca-se, neste texto, proceder a um mapeamento sistemático, tão detalhado e crítico quanto possível quanto uma dissertação permite, dos sítios com potencial ecoturístico no município em estudo, de sorte que tal potencialidade torne-se mais evidente e atraente para os turistas, para o governo municipal e para os empresários do setor. Para além disso, trata-se a questão em pauta de forma a oferecer subsídios para que a atividade turística possa se desenrolar de forma sustentável, sem provocar maiores tensões entre a natureza e a cultura.

Ressalte-se, para finalizar este tópico, que, embora Ilha Solteira possua plano Diretor de Turismo, ele não contempla, em seu conjunto, todas as suas potencialidades relativas ao desenvolvimento do ecoturismo, permanecendo restrito

ao turismo técnico-científico, de pesca esportiva e náutico. Dado tal quadro, é essencial o replanejamento pelos órgãos públicos desse aspecto vital para a economia e o desenvolvimento do município.

Uma pesquisa como esta ora apresentada se depara com algumas dificuldades de execução e com determinadas limitações de ordem metodológica. Em primeiro lugar, o caráter do nosso trabalho de elencar pontos ecoturísticos de Ilha Solteira pressupõe, no limite, certa dose de subjetividade na escolha, responsável, naturalmente, pela inclusão de alguns locais e pela exclusão de outros. Tentamos, a despeito disso, limitar essa subjetividade ouvindo informalmente moradores de Ilha Solteira, consultando algumas espécies de guias oficiais ou não e mesmo observando o fluxo alto ou baixo de turistas para este ou aquele lugar.

Outra dificuldade considerável foi a de lidar com a porosidade e os vasos comunicantes entre as classificações das modalidades de turismo. Se fôssemos, por exemplo, seguir à risca a detalhada classificação dos órgãos especializados no assunto, teríamos, por certo, de deixar de lado uma série de atrações visivelmente e na prática consideradas ecoturísticas para classificá-las em outro rótulo ou compartimento.

Como quer que seja e buscando a consecução dos objetivos acima indicados, a dissertação estrutura-se da seguinte forma. De início, apresentar-se-á visão geral e panorâmica do turismo e do ecoturismo, para, no seguimento, nos concentrarmos nos aspectos peculiares e nas características fundamentais do ecoturismo. Feito isso, a dissertação volta-se para a apresentação crítica do ecoturismo no município paulista de Ilha Solteira, com a tarefa principal de listar e comentar os sítios que apresentam potencial ecoturístico digno de desenvolvimento e expansão.

Tal listagem observará, sempre, a necessidade da atuação vigorosa do poder público e da população para garantir a viabilidade do ecoturismo e a sustentabilidade da atividade. Também serão realizadas algumas observações respeitantes aos principais problemas que, a nosso juízo, obstaculizam o pleno desenvolvimento do ecoturismo em Ilha Solteira. Isso porque, com uma abordagem holística, a questão se deixa ver com todas suas nuances e de forma menos fragmentada.

Embora este nosso trabalho não signifique a elaboração de um guia turístico nem ecoturístico de Ilha Solteira, faz sentido que tratemos disso, embora rapidamente.

Atualmente, pode-se dizer que há um guia turístico confeccionado pela prefeitura de Ilha Solteira e divulgado no seu site.

Existe, ainda, um guia estadual sobre as estâncias turísticas, que contempla Ilha Solteira. Para além disso, há outras pequenas publicações que não chegam a ser guias, mas que fazem alguma referência ao município. Entretanto, nenhum deles trata da dimensão ecoturística da cidade, somente sobre o turismo náutico, de pesca e técnico-científico.

Fornecido que está o cenário acima, esperamos, sinceramente, que as reflexões que serão realizadas ao longo desta dissertação possam, de alguma forma, auxiliar no desenvolvimento do ecoturismo em Ilha Solteira, de tal maneira que ele possa se constituir, em curto ou longo prazo, numa alternativa de desenvolvimento racional para o município, bem como numa alternativa econômica e sustentável para os ilhenses que projetam atuar nesse ramo de atividade em franca expansão e de muitas alternativas para o futuro.

2 TURISMO E ECOTURISMO

2.1 Conceitos relacionados

Em termos de conceituação, é possível afirmar que turismo é o fenômeno social que consiste no deslocamento, de forma temporária e voluntária, de um ou mais indivíduos que, em virtude de uma complexidade de fatores envolvendo a motivação humana, saem do local de residência para outro, no qual não exerçam atividade lucrativas ou remuneradas, gerando, assim, múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômicas e ecológica entre os núcleos emissores e receptores. (MOTA, 2011, p. 33). Assim, o:

Turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas estadias em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano com finalidade de lazer, negócios e outras motivações. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO OMT, 1998, p.31).

No plano histórico, a palavra turismo vem de origem francesa, significando “volta”. Tem seu equivalente no inglês *turn* e no latim *Tornare*. No hebraico, a palavra *tur* aparece na bíblia com o significado de viagem de reconhecimento (MOTA, 2011, p.33).

Portanto, em síntese, a atividade turística pode ser compreendida como uma atividade complexa que se originou pela necessidade de deslocamento das populações dentro do espaço físico mundial.

Para Dencker (1998, p.28), o estudo do turismo é um trabalho recente, de natureza multidisciplinar e interdisciplinar, tendo em vista que está inserido num ambiente sujeito a influências de diferentes paradigmas.

O turismo é desenvolvido conforme as necessidades da sociedade; portanto, está conectado com as ciências sociais como a antropologia, a sociologia e a psicologia, que, por sua vez, instigam as pessoas a repensarem o seu dia a dia para busca das suas satisfações e necessidades. Também está associado ao desenvolvimento das áreas da economia, administração, gestão empresarial e

jurídica; das áreas a serem preservadas e visitadas, gerando, por conseguinte, renda e empregos para as localidades.

Vale dizer, ainda, que o turismo é importante ainda para a Geografia, para a Ecologia, para a Educação e, finalmente, para a Tecnologia, para a compactação do desenvolvimento sustentável de acordo com a legislação pertinente.

O ecoturismo, modalidade do interesse desta dissertação, é conceituada, de forma sintética e objetiva, como o estudo das interações do turismo com o meio ambiente. A ampla difusão da noção de ecoturismo está fortemente atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável, servindo para designar, num primeiro momento, o turismo que tem como projeto ser respeitoso com o meio ambiente (KNAFOU, 2012, p. 122).

Torna-se importante salientar, a esta altura, que ecoturismo não pode ser abordado simplesmente como sinônimo de turismo sustentável. Isso porque ecoturismo faz parte de um segmento específico do turismo, ao passo que todo tipo de turismo pode ser sustentável.

Assim, o que mais decisivamente diferencia o ecoturismo é o enfoque da sustentabilidade, focado na conservação, interpretação e vivência com a natureza como fator de atratividade. Desse modo, o ecoturismo constitui um segmento da oferta turística que, além do aspecto social, tem seu lastro em dois pilares da sustentabilidade, a saber: o ambiental e o econômico, carregando como premissas o cultural e o político no sentido da complementaridade (BRASIL, 2010, p.20).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo de 1988, o ecoturismo pode ser abordado como um segmento do turismo sustentável, que, por seu turno, define-se como aquela atividade turística capaz de satisfazer as necessidades dos turistas e das regiões turísticas, sempre protegendo e explorando as oportunidades para o futuro (KNAFOU, 2012, p.22).

Dessa maneira, o turismo sustentável equivale, a bem dizer, a uma gestão dos recursos atrelados às necessidades econômicas, sociais e estéticas, ao mesmo tempo em que preserva a integridade cultural, ecológica e biológica, bem como os sistemas vitais dos espaços visitados.

Observe-se logo abaixo a conceituação de ecoturismo formulada pela The World Conservation Union:

O ecoturismo é uma visita, responsável no plano do meio ambiente, a meios naturais relativamente pouco alterados, com o fim de apreciar a natureza (e qualquer outra dimensão cultural do passado ou do presente), que faz a promoção da conservação, que tem um fraco impacto negativo e que permite uma implicação socioeconômica das populações locais (KNAFOU, 2012, p.22)

Já a Sociedade Internacional de Ecoturismo preceitua uma conceituação segundo a qual “ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. (BRASIL, 2010, p.17)

Trata-se, conforme se observa facilmente, de um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo, por conseguinte, o bem-estar das populações. (BRASIL, 2010, p.17). Esse entendimento de ecoturismo por parte do Ministério do Turismo do Brasil pressupõe a seguinte filosofia:

a) Segmento da atividade turística: A segmentação do turismo, embora possa ser definida por diferentes elementos e fatores, nesse caso é definida a partir das características da oferta, em função da motivação do turista, e em relação à atitude do prestador de serviços, da comunidade receptora e do turista. Já as atividades turísticas compreendem os serviços que o turista utiliza e as atividades turísticas que realiza durante sua viagem e sua estadia no destino, tais como: hospedagem, alimentação, transporte, recepção e condução de turistas, recreação e entretenimento, operação e agenciamento bem como outras atividades complementares que existem em função do turismo.

b) Utilização sustentável do patrimônio natural e cultural: O conceito de sustentabilidade, embora de difícil delimitação, refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”. Em uma abordagem mais ampla, visa promover a harmonia dos seres humanos entre si e com a natureza. Utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas

c) Incentivo à conservação do patrimônio natural e cultural e busca de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente. Esse tipo de turismo pressupõe atividades que promovam a reflexão e a integração homem e ambiente, em uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. Deve ser planejado e orientado visando o

envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação dos recursos que se constituem patrimônio natural e cultural.

d) Promoção do bem-estar das populações. A distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptoras, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO OMT, 1998, p.36).

Com efeito, entram em jogo, no ecoturismo, as relações entre o meio ambiente e o turismo, em cujo cerne reside a preocupação com o turismo sustentável. Minimiza-se o impacto ao meio ambiente natural, buscando energias renováveis, procurando tratar adequadamente os resíduos, mas, também, garantindo às populações locais participação ativa em todo o processo.

No ecoturismo, verifica-se uma preferência bastante clara em visitar locais ainda pouco alterados pela intervenção humana, com a finalidade de entrar em contato com a flora, a fauna, os cursos da água, o relevo, entre outras atrações.

Se as pessoas se agrupam pensando na realização de várias atividades cotidianas, no ecoturismo, elas se associam com fim ambiental, para a realização de visitas a áreas naturais e para discussões sobre temas ambientais, buscando, com isso, o conhecimento, a preservação e a conservação do ecossistema.

Para Swarbrooke (2000, p.55), o ecoturismo significa “simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa”.

O tema ecoturismo, conforme já visto, aborda na sua essência o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental, a responsabilidade social entre outros para que o turismo não prejudique o meio ambiente, visando a interação do turismo com a natureza.

Segundo o Fórum Econômico Mundial de 2017, nos índices de competitividade econômica, o Brasil foi bem classificado na 27^o posição a nível mundial, permanecendo em 1^o lugar do planeta no item diversidade de recursos naturais, alcançando 8^o (oitavo) lugar no quesito recursos culturais. Porém, no quesito “priorização do setor”, fica na 106^a posição; no item “ambiente de negócios”, em 129^o,

devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados, segundo a figura a seguir:



Figura 1 Classificação do Brasil nos indicadores de competitividade nacional

Fonte: Fórum Econômico Mundial 2017

Portanto, a má Administração do ente Estatal causa prejuízos ao desenvolvimento do setor do turismo no país, incluindo o Ecoturismo. Para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2017), 10% dos turistas em todo o mundo buscam o turismo ecológico. O faturamento anual do ecoturismo, a nível mundial, é estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões. Portanto o ramo da indústria relacionado ao turismo é o que mais cresce, enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce a taxas de 15 a 25% por ano (Fórum Econômico Mundial, 2017).

Para que o desenvolvimento turístico e ecoturístico ocorra concretamente, faz-se necessário que seja observado e analisado cada vez mais o trade turístico, a saber: o conjunto de equipamentos e serviços turísticos de que dispõe uma cidade com tal natureza e vocação, como redes alimentícias, estabelecimentos de hospedagens, lojas de lembranças, agências de viagens, operadoras turísticas, entre outros aparatos

Trade Turístico são organizações privadas e governamentais atuantes no setor de “Turismo e Eventos” como Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares. (EMBRATUR, 1995, p.28)

Se, no plano do ecoturismo, a natureza, por assim dizer, oferece “de graça” o potencial para determinada região se tornar atrativa, tal potencial deve ser, todavia, transformado em realidade concreta, palpável e tangível, por meio do esforço integrado e sistemático dos poderes públicos, da iniciativa privada e da população da cidade candidata a ecoturística. A esse propósito em particular, são muito esclarecedoras as palavras contidas no documento da Ministério do Turismo (2010, p.42):

O Ecoturismo pressupõe a elevada difusão de premissas fundamentais – como princípios e critérios que apontam que o alcance da sustentabilidade socioambiental está associado ao processo de planejamento participativo, com integração intersetorial e inserção da comunidade local para contemplar as necessidades de infraestrutura e qualificação profissional para a gestão sustentável da atividade. Os produtos de Ecoturismo apresentam peculiaridades que vão desde a escolha da área natural, a identificação da legislação ambiental pertinente, a seleção de atrativos naturais a serem ofertados, as atividades contempladas, até a aplicação de um *marketing* responsável, associado à promoção e comercialização, observando-se o caráter ecológico – que ampliam as reflexões ambientais e a interpretação socioambiental com inserção das comunidades locais receptoras. (BRASIL, 2010, p.42)

A oferta do turismo ambiental relaciona-se, assim, com o desenvolvimento do município e da região: se estes possuem ou não serviços rotineiros, como transporte, hospedagem, alimentação, comércio local, além do agenciamento e da interação entre o turista e o ambiente natural.

É um segmento turístico importante ao trazer contribuições positivas significativas para o bem-estar ambiental, social, cultural e econômico dos destinos e das comunidades locais ao redor do mundo: através dele são oferecidos incentivos econômicos eficazes para a conservação e valorização da diversidade biológica e cultural e ajuda a proteger o patrimônio natural e cultural ao redor do mundo.

É uma ferramenta eficaz para capacitar as comunidades locais ao redor do mundo à alcançar um desenvolvimento sustentável. Além disso, o ecoturismo tem

incentivado a aplicação de práticas sustentáveis aos demais segmentos da indústria do turismo.

Seja como for, o Brasil é, sem espaço para contestação, um país que pode tirar notável partido do ecoturismo, como é possível perceber da leitura do trecho abaixo reproduzido do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010).

O Ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística. No decorrer dos anos, a atividade vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável. Segundo diversas instituições e operadores de turismo especializados, esse tipo de turismo vem apresentando um crescimento contínuo no mundo e o Brasil, com tamanha exuberância, apresenta-se como potencial destino de grande competitividade internacional. Conjuntamente se expandem as ações pró-ativas do *trade* turístico, em especial agências de turismo e meios de hospedagem que atuam em áreas naturais, na operacionalização de atividades de Ecoturismo, que apresentam correspondência com atividades de outros segmentos, como Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo Rural, entre outros. (BRASIL, 2010, p.46)

A exuberância de que trata o trecho há pouco transcrito vem muito por conta da diversidade de biomas que aqui podem ser encontrados.

O Brasil, um dos países com maior biodiversidade pela riqueza de seus biomas³ (Amazônia, Mata Atlântica, Campos Sulinos, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Zona Costeira e Marítima) e seus diversos ecossistemas,⁴ apresenta um cenário rico para esse segmento. O Ecoturismo tem como pressuposto contribuir para a conservação dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma situação de ganhos para todos os interessados: se a base de recursos é protegida, os benefícios econômicos associados ao seu uso serão sustentáveis. Além disso, a atividade amplia as oportunidades de gerar postos de trabalho, receitas e inclusão social e, acima de tudo, promove a valorização e a proteção desse imensurável patrimônio natural (BRASIL, 2010, P.41).

2.2 História do Turismo e do Ecoturismo

O turismo, no fundamental, tem por finalidade deslocar as pessoas de um local para outro com o objetivo de proporcionar-lhes, por período de tempo não muito extenso, oportunidades de conhecimentos de culturas diferentes, de estudos, de lazer, de saúde, de negócios, de contato com a natureza, de experiências religiosas ou místicas, entre outras situações possíveis. Decorrem daí, por sinal, as diversas

denominações que o fenômeno turístico vem recebendo ao longo do tempo, tais como: turismo de estudos, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo gastronômico, entre outros.

Cumprido salientar que não é de hoje que as pessoas se agrupam para a finalidade de turismo. Em realidade, tal prática remonta ao século VIII a.c, possuindo muitas diferenças da que é praticada nos dias de hoje. Inicialmente, para os jogos olímpicos; e, em seguida, para fins de comércio e descobertas, realizadas por pequena parcela da população. (CASTELLI, 1986, p.17). Nesse quadro de buscar os antecedentes remotos do turismo, é possível apontar que ele esteve presente no Antigo Egito, no Império Grego e no Romano. Para que se viabilizassem as viagens no século II a.c, foram construídas estradas para a facilitação dos deslocamentos, que somente foram efetivados no século II depois de Cristo. (CASTELLI, 1986, p.17).

No século XV, iniciaram-se novas buscas com as viagens oceânicas. Ainda segundo Castelli (1986, p.17), por volta do no século XVI com o desenvolvimento das artes e das letras, as ciências foram expandidas as viagens para a edificação e pinturas de palácios, igrejas e outros monumentos históricos, que até a atualidade são atrativos históricos para a sociedade.

No século XVII, apareceram algumas publicações com o objetivo de orientar os “turistas”. Uma destas publicações é *Of Travel* (1601), escrita pelo filósofo Francis Bacon (1561-1626) e que fornece uma série de definições, listas de atrações e conselhos, como, por exemplo, a necessidade de o “turista” aprender o idioma do país a ser visitado. Em certa medida, foi esse o primeiro guia para turismo. Já no século VIII, John Palmer introduziu a diligência para o transporte de correspondências, e, juntamente com as cartas, começaram a transportar, também, os passageiros. Essa época foi marcada pelo prazer do descanso e pelo chamado turismo romântico, em que as pessoas eram motivadas a viajar para encontrar a natureza, as montanhas, os mares. (CASTELLI, 1986, p.17). Nota-se, assim, o nascimento do ecoturismo.

No século XIX, após a Revolução Industrial, principiaram as primeiras viagens organizadas com a intervenção de um agente de viagens, que deram início ao turismo moderno. As viagens internacionais utilizavam-se dos navios, e as nacionais dos trens, que se intensificaram na Inglaterra, em 1830 pela Ferrovia Liverpool-Manchester”. (CASTELLI, 1986).

É preciso deixar assente que o turismo - que antes era privilégio de pequena parte da população - passa a ser acessível a todos. No século XX, o surgimento de grandes conglomerados urbanos levou as populações – em sua grande parte, estressadas - a buscar, durante as férias, os feriados e os finais de semana, as regiões de belezas naturais, longe das cidades inchadas e quase insalubres (CASTELLI, 1986). Com efeito, fomenta-se uma maneira mais original de usufruir as paisagens do campo, do litoral, as florestas, entre outros ecossistemas. As visitas às áreas protegidas passam a ganhar volume, tornando-se populares como nunca.

Temos de considerar, com o Ministério do Turismo (2010), que, a partir da década de 1970, as atividades turísticas, também, se tornaram alvo das preocupações em virtude do desenvolvimento econômico, da degradação do meio ambiente e das questões sociais. Era imperiosa, então, a conservação do meio ambiente por meio de procedimentos sustentáveis. Nesse quadro, uma das grandes ameaças sentidas era representada pelo chamado turismo de massa, apontado como o agressor da paisagem natural e cultural.

Neste período, no final de 1970, surgiu a preocupação ambiental aliada ao desenvolvimento econômico, o que ocasionou a preocupação com o turismo em massa desarticulado. No Brasil, em 1985, o turismo ambiental foi especificado pelo EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, com o Projeto Turismo Ecológico.

Em 1990, a Comissão Técnica Nacional, veio para regular o segmento do turismo, surgindo os primeiros cursos para guias especializados. Com a Rio 92, este tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou o mercado brasileiro.

Segundo Barbieri (1997, p.23), a Agenda 21 firmou os seguintes padrões:

Em 1992 no Rio de Janeiro, no mais importante foro mundial já realizado pela Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, onde surgiu então a Agenda 21, que é um documento assinado por 179 países. A Agenda 21 não se restringe às questões ligadas à preservação e conservação do meio ambiente, ela considera ao mesmo tempo: a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. A Agenda 21 viabiliza o desenvolvimento sustentável aliada à responsabilidade social e ao consumo consciente. É um programa de ações baseados em 40 capítulos, que pode ser adotado como escala global, nacional e local e conta com o apoio da ONU, dos governos, e da sociedade civil em todas as áreas que as ações humanas podem impactar ao meio ambiente. (BARBIERI , 1997, p.23)

Em 1994, com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o turismo ecológico passou a ser conceituado e denominado como Ecoturismo.

No século XXI o desenvolvimento sustentável e o turismo estão conectados para o desenvolvimento dos Municípios, dos Estados e do país.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei do Turismo), principal marco legal do turismo no país, definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica.

A referida lei definiu como um dos objetivos do Sistema Nacional de Turismo desenvolver as atividades turísticas, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo, de modo a promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão.

Portanto, a legislação traz em si a aplicação da Agenda 21, com a necessidade de pensar globalmente e agir localmente e atribuindo a cada região competência para que, se possível, se desenvolva através do ecoturismo. Assim, hoje, em pleno século XXI, é realizado por boa parte da população, que busca, além do descanso, o prazer das paisagens naturais.

2.3 Principais práticas relacionadas ao Ecoturismo

As principais atividades praticadas no ecoturismo são: observação da fauna, com o devido exame do habitat e do comportamento do animal; observação da flora, de tal forma a permitir compreender a diversidade, bem como a sua utilização; observação de formações geológicas; visitas a cavernas (espeleoturismo); observação astronômica; mergulho livre; caminhadas; trilha e safáris fotográficos.

2.4 O ecoturismo e a educação ambiental

A educação ambiental e o ecoturismo estão visivelmente interligados, tendo em vista que a educação ambiental se propõe a desenvolver os conhecimentos, compreensão, habilidades e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com as questões/problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis. Vista dessa ótica particular, o cerne da educação ambiental está em transformar um ser humano em uma pessoa com ética ambiental. (DIAS, 2010, p.23)

A legislação da Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9.795/99) aborda em sua literatura o desenvolvimento ambiental, no qual preconiza a situação de proteção do ecossistema para a garantia das futuras gerações.

A lei federal 9.795/99, por exemplo, conceitua a educação ambiental como:

processos por meio dos quais indivíduo e a coletividade constroem valores, sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2018, p. 2)

A referida lei preconiza, da mesma maneira, que a educação ambiental é essencial e deve ser articulada para atingir a toda sociedade; em especial ao nível educacional em todos os níveis e séries no processo educativo formal ou não formal.

Os princípios relacionados à norma, estão voltados para a formação da pessoa com enfoque humano, democrático, participativo, respeitando o pluralismo de ideias e as concepções pedagógicas na perspectiva, da inter, multi e transdisciplinaridade, com abordagens de temas locais, regionais, nacionais e globais.

Tem por objetivo a garantia da prática da cidadania, da cooperação entre os povos com a participação individual e coletiva na preservação e o desenvolvimento da consciência crítica e a democratização das informações ambientais.

A educação ambiental no estudo formal está inserida no currículo das instituições de ensino público e privado e engloba a educação básica: educação infantil, fundamental e médio; as instituições de ensino superior; a educação especial, profissional e a Escola de Jovens e Adultos (EJA) não devendo ser implantada como

disciplina específica, sendo permitido somente nos casos de pós-graduação, extensão e a áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental. Para a área de formação e especialização do Técnico Profissional no seu currículo deve ser inserido a ética ambiental.

Para a área de educação não formal, o poder público, em todas as suas áreas de atuação na esfera Federal, Estadual e Municipal, desenvolverá ações e atividades que visam à sensibilização da sociedade em relação aos problemas ambientais e à participação de cada um na defesa do meio ambiente. Entre estas ações, importa salientar que está o Ecoturismo, objeto deste estudo.

Portanto, a consciência ecológica e de produção são fundamentais para a preservação e recuperação ambiental. A Educação Ambiental contribui para a formação de saberes ecológicos, como bem retrata Dias (2010, p.16), a Educação Ambiental pretende desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação, para adquirir valores e atitudes, indispensáveis para resolver os problemas ambientais com soluções sustentáveis.

O autor Leff (2006, p.87) afirma que a educação ambiental ainda está muito longe de penetrar e trazer novas visões de mundo ao sistema educativo, porém com um trabalho contínuo é possível garantir o futuro das gerações.

A política educacional está em fase de mudança para aplicação da educação ambiental nas escolas em todos os níveis de modo que inclua em todas as disciplinas discussões e temas de mudanças sociais e ambientais.

Segundo Barbieri (1997, p.53), a Agenda 21, firmou os seguintes padrões:

O capítulo 36 da Agenda 21 fala na promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, pregando a reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento, o aumento da conscientização pública e a promoção de treinamento da mão-de-obra qualificada a gerenciar o meio ambiente. Questão da fauna e da flora facilmente sensibiliza a população, principalmente crianças e jovens. Mudanças de comportamento exigem tempo, discurso de proteção à fauna e flora já está incorporada a cultura a população brasileira, mas as ações ainda deixam muito a desejar e problemas sociais precisam ser resolvidos para garantir sucesso às campanhas de educação ambiental. (Barbieri 1997, p.53)

Atualmente, a sociedade obteve um avanço na expectativa de vida, na diminuição da mortalidade, bem como na alfabetização. Porém, o consumo

insustentável ocasionou o desenvolvimento social de modo desenfreado, ocasionando vários problemas sociais e prejudiciais para o meio na qual está inserida, como cidade superpovoadas e sem saneamento básico, pobreza, corrupção, favelas, drogas, prostituição e violência, sendo essencial o desenvolvimento ético e humanístico para a preservação da espécie.

O capitalista provocou o processo de mega exploração dos recursos ambientais e acumulação de bens e produtos, surgindo, dessa maneira, a necessidade de repensar sobre o esgotamento dos recursos ambientais e sobre como proceder com os recursos inutilizados, como os resíduos sólidos de diversas origens.

Segundo MacNeill (1992, p. 15), a população mundial aumentou e ocasionou mudança no meio ambiente, conforme relata a seguir:

Desde 1900, a população mundial mais do que triplicou. Sua economia cresceu 20 vezes. O consumo de combustíveis fósseis aumentou 30 vezes e a produção industrial 50 vezes. A maior parte desse crescimento, cerca de quatro quintos dele, aconteceu a partir de 1950. Uma elevada proporção do mesmo é insustentável. O capital básico da Terra, formado pelas florestas, espécies e solos que sustentam a vida, está sendo exaurido e suas águas potáveis e seus oceanos sofrem uma degradação em ritmo acelerado. Até mesmo a capa de ozônio que protege toda a vida dos raios solares mais letais está sendo lentamente consumida. E a Terra é agora ameaçada pela rápida elevação das temperaturas globais e dos níveis dos mares – maior, talvez, no próximo século do que nos 10.000 anos transcorridos desde a última era glacial. A partir da II Guerra Mundial, os governos estiveram preocupados com a interdependência econômica, a conjugação de economias nacionais e regionais num sistema global. Mas o mundo avançou agora da interdependência econômica para a interdependência ecológica – e até, para além desta, para um entrelaçamento de ambas. Os sinais da Terra são inconfundíveis. O aquecimento global é uma forma de *feedback* do sistema ecológico terrestre para o sistema econômico do mundo. Outras formas são o buraco no ozônio, a chuva ácida na Europa, a degradação na Amazônia. Ignorar hoje um sistema é comprometer os outros. (MacNeill, 1992, p. 15),

Nesse quadro de referências, às entidades governamentais cabem firmar compromissos em nível nacional e internacional, estabelecendo práticas e protocolos com ações cooperativistas para promoção do desenvolvimento de forma sustentável.

O crescimento econômico e a produção industrial mundial têm papel fundamental para o desenvolvimento humano, mas tudo permanece na dependência da manutenção da qualidade de vida e a saúde ambiental.

Com efeito, a sociedade e as empresas necessitam de adoção de postura preservacionista com compromisso que asseguram as futuras gerações um meio ambiente agradável e sustentável.

As alterações globais como o clima, a destruição dos habitats naturais, desflorestamento, extinção de espécies, escassez de água potável e a disseminação de doenças, entre outros graves problemas, são provocados pela sociedade e pelo consumo não organizado; portanto, a educação ambiental é essencial para o ser humano desenvolver a ética ambiental.

Nessa linha, a educação ambiental tem o intuito de demonstrar dentro do contexto de cada um e através da sua vivência os problemas que podem ser sanados e corrigidos por meio do desenvolvimento da cultura ambiental preservacionista local, para que sejam sanados ou minimizados os problemas globais.

Os impactos da relação do meio ambiente e do consumo estão acarretando o esgotamento dos recursos não renováveis, gerando poluição e resíduos que excedem a capacidade de suporte do planeta de absorver e convertê-los. Contribuem, assim, para a deterioração de recursos renováveis tais como água, solo e florestas. Quando estoques de peixes são esgotados ou florestas sofrem cortes-rasos, é fácil observar o impacto dos padrões de consumo no meio ambiente. (BARBIERI, 1997, p.16)

Porém, é possível atenuar os problemas ambientais com soluções simples, mas que dependem fortemente da consciência ecológica da população, como disponibilizar produtos que aumentem a qualidade básica de vida com menor impacto ambiental.

A Educação Ambiental deve ser aplicada de forma urgente, visando à formação das pessoas. A educação ainda “treina” o(a) estudante para ignorar as consequências ecológicas dos seus atos”, ou seja, não prepara e não forma os estudantes como seres pensantes nas consequências futuras, somente informa, quando este que terá que ser mudado para que não ocorra o “holocausto” ambiental. (DIAS, 2010, p.18).

A velocidade com a qual se devastam e desequilibram os sistemas que asseguram a sustentabilidade humana, na Terra, continuam infinitamente superior à

nossa capacidade de gerar respostas adaptativas culturais, principalmente no nível educacional. (DIAS, 2010.p.21)

Nessa ordem de considerações, há a premência de uma profunda transformação valorativa, o que exige uma reestruturação político e econômica global, baseada na democracia (ou talvez meritocracia), na equidade, na dignidade e promoção humanas e na sustentabilidade ecológica e socioeconômica da Terra, fundamentadas no estado de direito (DIAS, 2010, p. 26). Portanto, a sustentabilidade depende, sim, da sociedade, mas, na essência, depende, igualmente, da formação do ser humano de forma ética em todas as suas decisões e relações.

A educação ambiental aplica-se ao turismo ambiental, visando à mudança dos conceitos pré-estabelecidos na sociedade segundo os quais os recursos naturais são infinitos, despertando aos visitantes de um ambiente preservado a urgente consciência e a necessária cultura de que, se não causarem prejuízo, haverá o natural para as presentes e para as futuras gerações.

Portanto, nesta dissertação, será analisado, entre outros aspectos, o turismo ambiental em Ilha Solteira, e, sempre que possível, será destacada a relevância da educação ambiental para o desenvolvimento com êxito do ecoturismo e do turismo sustentável no município de Ilha Solteira.

3 O ECOTURISMO EM ILHA SOLTEIRA

3.1 Conhecendo a Estância Turística de Ilha Solteira

Ilha Solteira localiza-se no extremo noroeste do estado de São Paulo, na margem paulista do Rio Paraná, logo abaixo da confluência com o rio São José dos Dourados. Na figura abaixo demonstra da localização exata de Ilha Solteira, assim como dos rios que banham o município.



Figura 2 Localização de Ilha Solteira

Fonte: Guia Geográfico do Estado de São Paulo

Ilha Solteira, segundo o projeto Memória dos Municípios, é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo, pertencente à Mesorregião de Araçatuba. Localiza-se a uma latitude 20°25'58" sul e a uma longitude 51°20'33" oeste, estando a uma altitude de aproximadamente 335 metros, com uma área de 659,4 km².

Trata-se de um dos locais mais importantes da hidrovía Tietê-Paraná, principal meio de transporte do Mercosul. A população de Ilha Solteira é de 26.823 habitantes (estimativa do IBGE tendo como referência o ano de 2018). O clima é classificado como tropical chuvoso de bosque, caracterizado por chuvas de verão e estiagem no inverno. A temperatura média anual é de 23,6° Celsius. O índice pluviométrico é de 1.300 mm anuais. A vegetação é caracterizada pela Mata Tropical Latifoliada Semidecídua (formações cerrado, cerradão e campos antrópicos).

De conformidade com o Memorial Histórico acima mencionado, Ilha Solteira originou-se da desapropriação de 700 alqueires da “Fazenda Caçula”, pertencente à

Bela Floresta, destinados à implantação do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, distrito do município de Pereira Barreto, segundo o Decreto Lei n.14.334 de 30 de novembro de 1.944.

Para acomodar o contingente de trabalhadores, a Companhia Hidrelétrica de São Paulo (CESP), responsável pela construção da usina, ergueu um núcleo habitacional para abrigar os operários, o qual se tornaria, futuramente, a cidade de Ilha Solteira.

A formação do novo núcleo processou-se de forma planejada, com casas providas de redes de água, esgoto e energia elétrica. Em 30 de dezembro de 1991, criou-se o município de Ilha Solteira por meio do Decreto Lei Estadual nº. 7664/91,. Pelo mesmo decreto, o distrito de Ilha Solteira teve sua área ampliada em 61km², inundada com a formação do Lago.

Ilha Solteira obteve percentual significativo na divisão dos royalties como compensação pelas áreas alagadas, proporcionando, assim, uma melhor arrecadação para o município. No dia 03 de março de 1992, elegeu-se o primeiro prefeito da cidade, a qual passou a ter identidade própria, com mudanças significativas, assumindo sua autonomia, identidade e administração própria, desenvolvendo a sua economia com a expansão do comércio, com pequenas indústrias e desenvolvendo o seu potencial turístico e ecoturístico.

3.2 Relação entre o turismo e o meio ambiente em Ilha Solteira

A ligação da cidade com o meio ambiente iniciou-se desde a sua formação, tendo em vista que o nome da cidade foi dado em homenagem a uma ilha fluvial, situada a 800m da jusante da UHE – Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

A ilha em questão, por estar situada espacialmente sozinha e tal fato ser bastante perceptível, foi denominada Ilha Solteira. O espaço é repleta de espécies nativas da fauna e da flora regional, possuindo 2.000 metros de comprimento por cerca de 300 metros de largura.



Figura 3 Ilha Fluvial - Ilha Solteira

Fonte: site visiteilhasolteira.sp.gov.br

A Lei nº 1125, de 06 de fevereiro de 2004, declarou a região Área de Proteção Ambiental. Nessa ordem de elementos, a lei orgânica do município, também, aproxima a cidade das questões ambientais, prevendo, em seu capítulo IV, especificamente sobre o meio ambiente, o seguinte:

Art. 151. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e protegido pelo Poder Público, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal, cabendo ao Município dispor e velar por sua proteção, no âmbito de sua competência, definida pelo artigo 23, incisos VI, VII, IX e XI da mesma Constituição, e conforme a legislação federal e estadual, pertinentes. (BRASIL, 2018, p.11)

Em seu art. 152, a Lei prevê, ainda, a criação de um conselho municipal do meio ambiente, para o gerenciamento das questões ambientais no município, englobando a qualidade ambiental e o combate à poluição:

Art. 152 O município, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental e de poluição, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública, direta, assegurada a participação da coletividade.

Parágrafo único. O Sistema mencionado no "caput" deste artigo será coordenado por órgãos da administração direta, e será integrada por:

a) um conselho municipal do meio ambiente, órgão colegiado, normativo e recursal, com participação dos segmentos da sociedade civil cuja composição será definida em lei;

b) órgãos executivos incumbidos da realização das atividades de desenvolvimento ambiental. (BRASIL, 2018, p.12)

Em 13 de abril de 2000, Ilha solteira foi elevada à categoria de Estância Turística. Em 29 de junho de 2001, em virtude do Decreto de Lei Estadual nº 22, é

decretada Ilha Capital da Cultura. Em 29 de abril de 2005, por meio da Lei Complementar nº 877/2000, Ilha Solteira foi elevada à condição de Comarca.

Importa salientar que Ilha Solteira lista-se entre os 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas estaduais, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos pela Lei Complementar do Estado de São Paulo 1.261/2015. Por consequência de tal fato, está devidamente habilitada a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, previsto no artigo 146 da Constituição do Estado.

Semelhante condição garante a esses municípios verba por parte do Estado para a promoção do turismo regional, além do direito de usar o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais.

A lei Estadual 1261/2015, em seu artigo 6, demonstra os requisitos para que um município possa ser considerado como estância turística:

Art. 6º....

§ 2º - Poderão ser classificados como Estância Turística os Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas de que trata o §1º deste artigo, com base nos critérios abaixo relacionados: 1 - fluxo turístico permanente; 2 - atrativos turísticos; 3 - equipamentos e serviços turísticos.

§ 3º - Para efeito do disposto neste artigo, os municípios classificados por lei como Estância Turística e de Interesse Turístico deverão encaminhar à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, até o dia 30 de abril do ano de apresentação do projeto de Lei Revisional, a documentação de que tratam os incisos I e II do artigo 5º desta lei complementar, respectivamente.

§ 4º - A não observância pelo município do disposto no § 3º deste artigo implicará a revogação da lei que dispôs sobre a sua classificação como Estância Turística ou como Município de Interesse Turístico, com a consequente perda da respectiva condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes. (BRASIL, 2018, p.2)

Ilha Solteira recebe investimentos do Estado para a melhoria na infraestrutura e para o planejamento de atividades previstas no Plano Diretor de Turismo, com vigência de 2016 a 2025, cujo objetivo é orientar a transformação do município em polo regional de turismo **técnico-científico**, de **pesca esportiva e náutico** até o prazo de 2025, a fim de trazer mais receitas e melhoria da qualidade de vida aos habitantes da cidade.

O Plano Diretor de Turismo de Ilha Solteira prevê, quanto ao mais, determinadas estratégias para o desenvolvimento do turismo, sendo, para isso, dividido em três etapas (fase 1, fase 2 e fase 3), que caminham da estruturação do turismo em direção de sua consolidação), tal como pode ser observado na figura que segue:

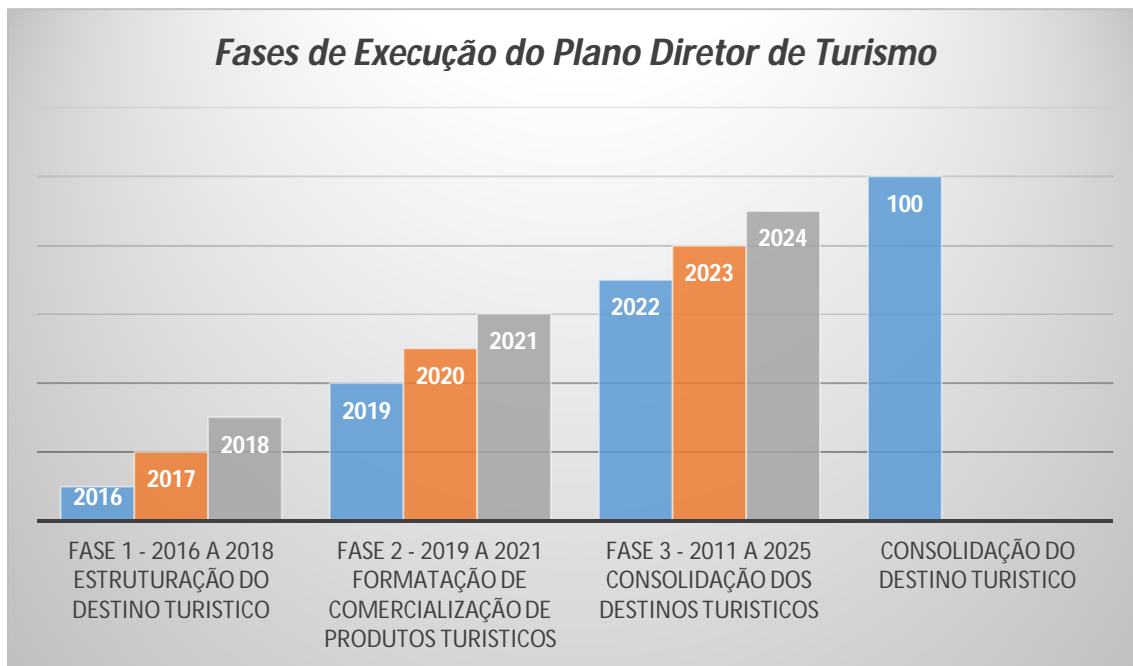


Figura 4 Fases de Execução do Plano Diretor de Turismo (adaptado)

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Solteira – Plano Diretor de Turismo - 2015

Para a verdadeira concretização dos desafios relacionados à área em discussão, foram criados, igualmente, programas voltados para o turista, sendo o primeiro programa intitulado como “Programa Bem-vindo Turista: Infraestrutura”, buscando a qualidade da infraestrutura turística, priorizando a revitalização dos atrativos e da sinalização turística existente.

3.3 Turismo atual desenvolvido em Ilha Solteira: potencialidades e fragilidades ecoturísticas

Conforme demonstrado anteriormente, o Plano Diretor de Turismo da Estância Turística de Ilha Solteira (2015, p.1) tem como missão:

Preparar uma cidade receptiva, estruturada e atraente para o mercado do **turismo técnico-científico, de pesca e náutico**, oferecendo produtos turísticos de qualidade, opções complementares de cultura e lazer e integração com os municípios vizinhos. Os investimentos na atividade turística deverão gerar o incremento da economia local e da qualidade de vida da população. (ILHA SOLTEIRA, 2015, p.1)

Já sabemos, então, que Ilha Solteira é reconhecida pela lei Complementar Estadual 1261/2015 como Estância Turística no segmento do **turismo técnico-científico, de pesca e náutico**, com características e potenciais de uma cidade ecoturística. Nessa condição particular, o município apresenta condições para proporcionar seu desenvolvimento sustentável, explorando e protegendo o meio natural na sua integralidade sem alterar o meio ambiente.

Nos pontos que seguem, passaremos a abordar as potencialidades ecoturísticas já desenvolvida e outras a serem desenvolvidas no município de Ilha Solteira, tudo com o propósito principal de oferecer um elenco de atrações sistematizadas e comentadas – mais ou menos conhecidas –, que podem ser entendidas como sugestões de locais para desenvolvimento mais efetivo do ecoturismo ilhense. Como já tivemos oportunidade de esclarecer anteriormente, tal listagem não se propõe a ser completa ou definitiva, tampouco de requerer para si total objetividade.

Como quer que seja, somos da firme opinião que um trabalho desta natureza possa vir a ser aproveitado de várias formas, como, por exemplo, material auxiliar na confecção de guias de turismos ou prospectos turísticos, para não falar de conteúdo para alimentar sites, principalmente os municipais, assim como para se constituir no embasamento teórico de cursos para formação de guias turísticos locais.

A despeito de todos esses aspectos citados com mais ou menos detalhes, faz-se possível diagnosticar, no momento atual, que o município de Ilha Solteira está, de fato, subaproveitando seu elevado potencial turístico e ecoturístico.

Entre potenciais falhas que explicam semelhante subaproveitamento, pode-se lembrar que há uma série de locais turísticos que ainda não foram exploradas como deveriam ser. Por outro lado, mesmo os sítios mais aproveitados, nem de longe, estão sendo utilizados de forma ideal, a deles se extrair o máximo de rentabilidade financeira.

Na medida do possível, com vistas a modificar tal estado de coisas, faz-se necessária, por exemplo, a alteração do Plano Diretor de Turismo, buscando, dessa forma, alternativas viáveis e relativamente imediatas para a gestão do ecoturismo e para preservação e exploração de sítios com potencial de visitação.

Além disso, um dos aspectos que devem ser tidos em linha de conta no momento de afrontar questões relacionadas com a gestão do ecoturismo em locais naturais é a maneira de atingir o equilíbrio entre a maximização do aproveitamento financeiro de visitantes a sítios ecoturísticos e a minimização dos efeitos eventualmente perniciosos de tais visitas. (WEARING; NEIL, 2001, p.38). A bem pensar, reside justamente nessa fundamental equação a essência da possibilidade de sustentabilidade do ecoturismo.

Realizadas tais observações preliminares, passemos, de uma vez por todas, à apresentação sistemática e comentadas dos atrativos de Ilha Solteira que oferecem relevante potencial para o ecoturismo.

3.3.1 Pesca Esportiva

A esse respeito, vale dizer que Ilha Solteira, no ano de 2018, foi premiada no evento “Top Destinos Turísticos”, como o melhor destino turístico para a pesca. A realização do evento contou com a parceria dos dirigentes de Vendas e Marketing (ADVB) com a Skal Internacional.

De forma geral, o turista busca a cidade para a realização da pesca amadora, embarcado ou a pesca no barranco, podendo realizar no porto da cidade, que possui hotéis, pousadas e ranchos para alugar, assim como equipamentos de pesca. Segue fotos da pesca realizada na cidade.



Figura 5 Pesca esportiva

Fonte: www.ilhasolteira.sp.gov.br

No Plano Diretor de Turismo de Ilha Solteira, consta o estímulo à pesca esportiva, em que o pescador esportivo captura o peixe, faz seu registro com fotos, e, após pesados e medidos os peixes, o pescador os solta ainda vivos no rio. Por meio desse sistema, é possível a manutenção do meio ambiente no estado em que está, preservando a procriação dos peixes.

Na cidade, são realizados eventos, durante os quais se divulgam a cidade e o turismo de pesca e os tipos mais comuns de peixes, como tucunaré, corvina, bagre e porquinho. É, por sinal, bastante conhecido o poder da pesca esportiva hoje em dia e de como ela pode ser irmanada com uma série de ações efetivas em prol do meio ambiente.

Portanto, é grande a potencialidade do município para a pesca; porém, ainda subaproveitada, tendo em vista que, nos eventos de pesca, poderiam ser entregues aos turistas itinerários ou guias para a divulgação de outras atividades turísticas, como as visitas monitoradas às ilhas, além dos outros pontos da cidade.

De mais a mais, as atividades pesqueiras estimulam, direta ou indiretamente, a indústria do turismo, aquecendo a economia hoteleira, a rede de restaurantes entre outros serviços. Não passe despercebido, igualmente, que o pescador-turista, em geral, possui uma condição financeira relativamente boa.

Por tais motivos, o poder municipal de Ilha Solteira tem de possuir uma espécie de planejamento estratégico especificamente moldado para o setor, que já leve em conta a captação nacional desses turistas e o desenvolvimento dos demais locais turísticos da cidade.

3.3.2 Centro de Conservação da Fauna Silvestre

O Centro de Conservação da Fauna Silvestre, popularmente conhecido como zoológico, foi construído pela administração da Companhia Energética de São Paulo (CESP), hoje pela empresa China Three Gorges Corporation (CTG), com a finalidade de abrigar melhor alguns animais provenientes do enchimento dos reservatórios de Jupuí e Ilha Solteira.

O parque Zoológico foi construído em 1979, possuindo, atualmente, 65 espécies, sendo que 28 delas já se reproduziram em cativeiro. Está inserido numa área de 18 hectares, onde os animais são mantidos em ambientes semelhantes aos seus habitats naturais.



Figura 6 Centro de Conservação da fauna silvestre – zoológico

Fonte: site visiteilhasolteira.sp.gov.br

É reconhecido pela comunidade zoológica nacional e até internacional com as quais mantêm intercâmbio, pelos trabalhos de alto nível na preservação, reprodução e criação em cativeiro de espécies como o jacaré-de-papo amarelo, arara canindé, tamanduá-bandeira, bugio vermelho, cervo-do-pantanal, lobo-guará, jaguatirica, cachorro-do-mato vinagre, entre outros, sendo pioneiro em alguns deles, como, no caso do aleitamento artificial, de cervos do pantanal (SAVIO, 2011, p.11).

O zoológico, assim as visitas monitoradas na Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, servem como núcleo para trabalhos de educação ambiental, realizados pela Divisão de Programas Físicos e Bióticos da Diretoria de Meio Ambiente da China Three Gorges Corporation (CTG).

O zoológico constitui um dos lugares mais procurados pelas famílias nos fins de semana e feriados. No local, o ecoturismo está presente, pois se constata que as espécies da flora são identificadas com seus nomes e as espécies as que pertencem. Os animais, por sua vez, são identificados pela espécie e pela família à qual pertence e a região em que são encontrados. Existem, ainda, as trilhas ecológicas para serem exploradas e chalés em que as pessoas podem realizar um piquenique.

Para as visitas agendadas e monitoradas, os visitantes têm acesso ao berçário, verificam o tipo de alimentação dos animais e, se autorizados, poderão, no período noturno e nas épocas em que o zoológico está fechado, observar a rotina do animal. Trata-se, no final das contas, de uma ferramenta de educação ambiental pela

sensibilização direta do público. Porém, desde setembro de 2016, as visitas monitoras foram suspensas; hoje, são somente permitidas as visitas aos finais de semana.

3.3.3 Parque da Mantiqueira Ley Leite Bueno – Cidade da criança

Trata-se de um local com muita presença do verde que funciona diariamente, sendo, portanto, ideal para a prática de esportes ao ar livre e para atividades de lazer destinadas a criança e adultos. No local, existem parque de diversões, campo de futebol, quadra de tênis, entre outras atrações.

Há, também, nesse espaço interessantes trilhas ecológicas ainda não divulgadas, que contribuem (e poderão contribuir ainda mais) para a educação ambiental. Vale esclarecer que, ao percorrer uma trilha ecológica, o turista entre em contato direto com a natureza (fauna, flora, rios, relevo, etc), aprendendo a respeitá-la e a conservá-la, tornando-se, além do mais, num divulgador da causa ambiental. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento e a exploração ecológica do local, além da sua conservação.



Figura 7 Parque da Mantiqueira Ley Leite Bueno – Cidade da criança

Fonte: site visiteilhasolteira.sp.gov.br

3.3.4 Artesanato

Na cidade de Ilha Solteira, verificam-se, também, atividades atreladas ao artesanato, que são apresentados nas Feira de Artesanato e nas associações, com exploração

dos símbolos da cidade, como a caixa d'água e estrela de 21 pontas, que representam as 21 turbinas da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

Com o ecoturismo em alta, seria possível, igualmente, em pensar em fomentar o desenvolvimento do artesanato incluindo *souvenirs* das ilhas fluviais, a flora e a fauna, como estratégia de divulgação do turismo ambiental.

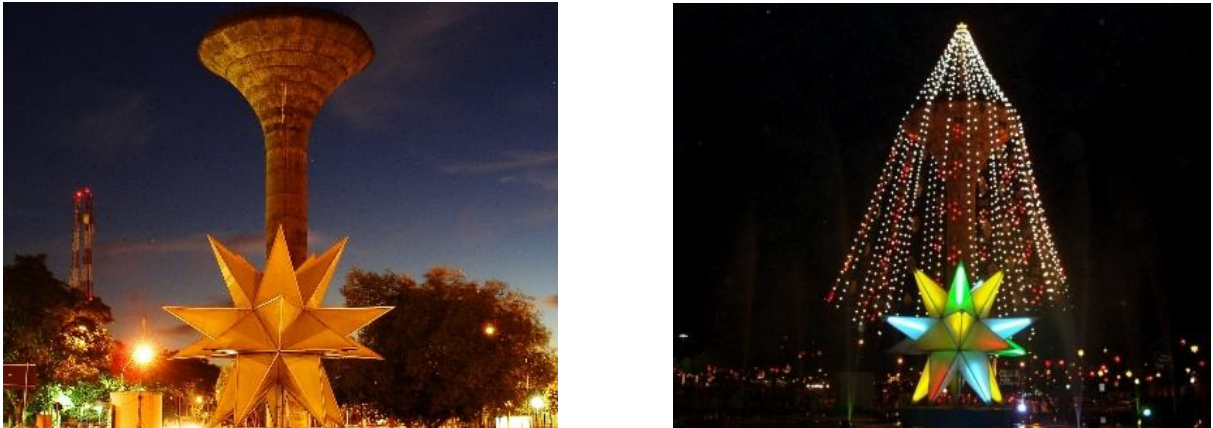


Figura 8 Símbolos de Ilha Solteira

Fonte: Ilhasolteira.com

3.3.5 Ciclovía

Em Ilha Solteira, há uma ciclovía, que corta a cidade e seus arredores, chegando até as praias. Particularmente no que diz respeito à ciclovía, é imperiosa uma atenção maior e um cuidado rigoroso na sua conservação. A conservação se faz tanto mais necessária quanto, hoje, as ciclovias são cada vez mais usadas por turistas ou moradores locais, aliando a prática do exercício saudável ao contato direto com a natureza. Desnecessário salientar o quanto as ciclovias e congêneres auxiliam na manutenção de um ar com mais qualidade.

Para seu adequado funcionamento, é importante que os ciclistas e os pedestres recebam um treinamento básico a fim de que os direitos de todos sejam respeitados e que os riscos de acidentes sejam significativamente minimizados. Deve-se, quanto ao mais, fomentar sempre e com mais intensidade o emprego de bicicletas inclusive por meio de aluguel de unidades, que podem ser retiradas e deixadas ao longo da ciclovía em postos especialmente construídos para tal finalidade.



Figura 9 Ciclovía de Ilha Solteira

3.3.6 A navegação

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (2019), o lago da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, combinado com o lago da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, é capaz de armazenar 3,07% do volume represável pelos reservatórios do Sistema Sudeste/Centro-Oeste, que torna navegável todo trajeto da hidrovía Paraná-Tietê para chegar ao extremo sul.

Trata-se, portanto, de setor relevante, igualmente, para o desenvolvimento do turismo regional. O Canal Pereira Barreto, com 9.600 m de comprimento, interliga os reservatórios da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, propiciando a operação energética integrada dos dois aproveitamentos hidrelétricos. Portanto, Ilha Solteira está num ponto privilegiado em relação à navegação comercial e para a contemplação da natureza. Natural, pois, que o ecoturismo se valha da navegação para se manifestar.

3.3.7 Passeios náuticos

No turismo náutico ou de navegação, em Ilha Solteira, são utilizados os botes para diversas finalidades, entre as quais se pode destacar as seguintes: pescaria, lanchas, esqui aquático, veleiros, entre outras.



Figura 10 Náutico

O passeio de barcaças ainda é pouco explorado, embora permita ao turista conhecer a região, a vegetação diferenciada da área de divisa com o Mato Grosso do Sul, o nascimento e o pôr do sol, assim como para se banhar nos rios.

O turista, ainda, tem a oportunidade de navegar nos três rios que circundam Ilha Solteira, assim como no canal de Pereira Barreto, vislumbrando o ambiente natural sem causar com isso poluição à natureza, nem custos para a administração pública.

3.3.8 Porto de navegação

O Porto de Navegação permite o acesso às Ilhas, configurando-se, assim, em espaço ideal para passeios de barcos, para a compra de peixe e para prestigiar a comida regional.

Dá acesso, ainda, ao local chamado de “Paredão”, que é um antigo atracadouro de embarcações de grande porte, utilizado na época da construção da usina.



Figura 11 Paredão - Vista da usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e a ilha fluvial - Ilha Solteira

Fonte: arquivo pessoal

Atualmente, esse lugar é conhecido e frequentado por pessoas que apreciam saltar para nadar, além de possuir uma vista de toda a usina, especialmente das comportas da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

Apesar do óbvio potencial para a construção de um mirante no local, o espaço encontra-se abandonado, servindo, muitas vezes, para as pessoas realizarem o uso de substância ilícitas e levantarem construções irregulares.

3.3.9 Praias

3.3.9.1 Praia Catarina

As praias, marítimas ou fluviais, são um dos maiores destaques do turismo no Brasil, país cujo clima extremamente quente favorece as atividades praianas. As praias - isoladamente ou situadas em balneários – revestem-se de importância capital na engrenagem do turismo, estimulando o aparecimento, crescimento ou incremento de outras atividades com ela atreladas, como a da gastronomia, a da indústria dos *souvenires*, a indústria hoteleira entre outros.



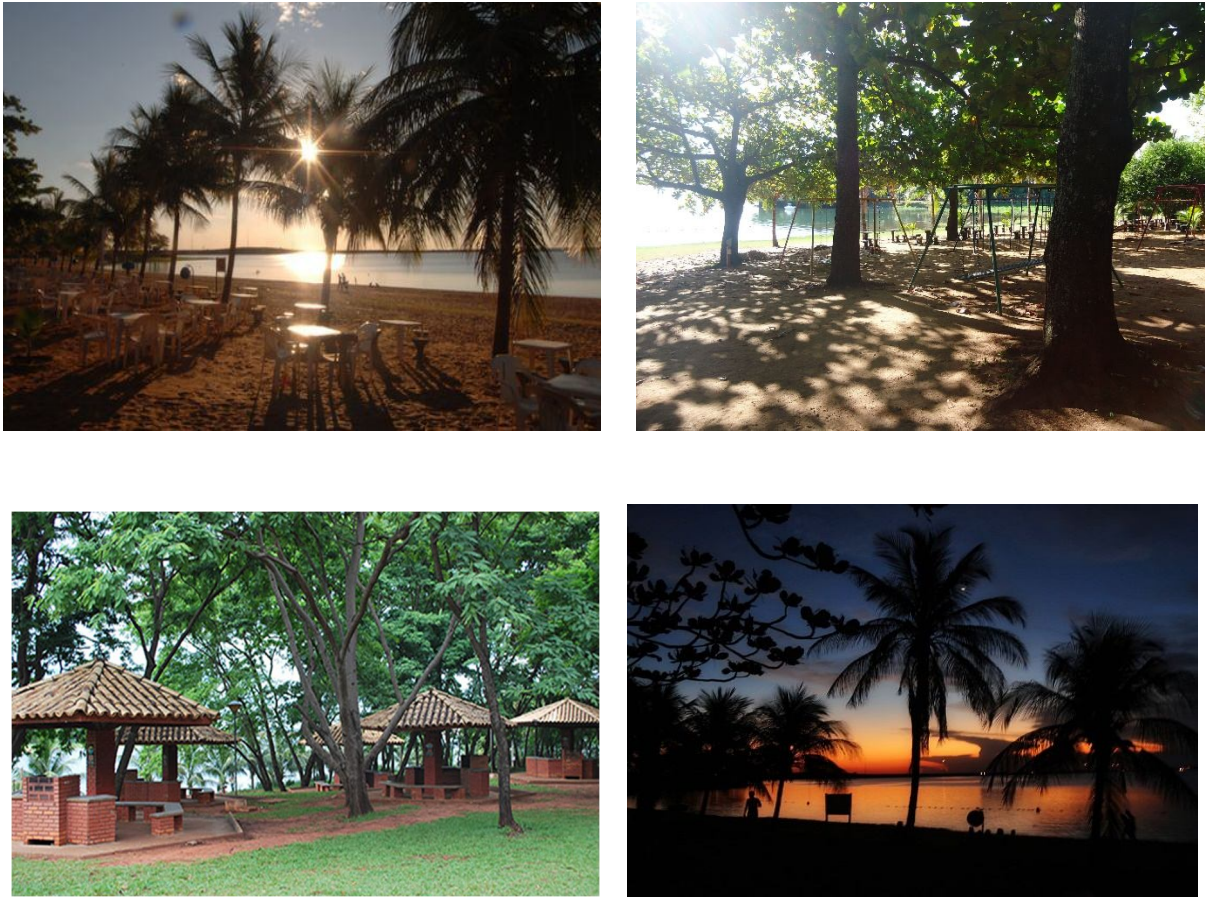


Figura 12 Praia Catarina

www.pontosturisticosbrasil.org

Por ser Ilha Solteira um local quente ao longo de praticamente todo o ano, as praias lá desempenham papel de relevo no terreno do turismo.

A Praia Catarina é um local de lazer destinado às comunidades local e regional. Possui boa infraestrutura, com acesso pavimentado, com iluminação, duchas, lanchonetes, restaurantes, quadras poliesportivas, estacionamento para ônibus e carros, calçadão iluminado, telefone público, ancoradouro, área para camping e área gramada com floreiras, 26 quiosques, três sanitários (masculino e feminino).

Estão sendo realizados investimentos pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias Turísticas (DADE), convênio de R\$ 1,8 milhão para obras nas praias Catarina e Marina que abrange a segunda fase do Plano Diretor que inclui a construção de mais quiosques e banheiros e isenções no uso dos quiosques para a população local de baixa renda.

Toda essa louvável infraestrutura deve ser, por força, rigidamente conservada, inclusive fazendo do turista que a visita um auxiliar nessa prática, principalmente no que diz respeito ao destino seletivo do lixo e ao combate de poluição.

3.3.9.2 Praia Marina

Atualmente, o local contém infraestrutura voltada para a prática dos esportes náuticos com jet ski, prancha à vela e motor. No local, há, ainda, um bar e lanchonete com todos os serviços de petiscos e bebidas, sanitários (feminino e masculino), área para embarque e desembarque, barracão, telefone público, acesso pavimentado com iluminação e campos de futebol.

Nessa praia, podem ser realizados mergulhos e a pesca subaquática, os quais podem ser explorados e incluídos num futuro e completo guia turística organizado pelo órgão municipal, mesmo porque tais práticas não são muito comuns no interior do Brasil.

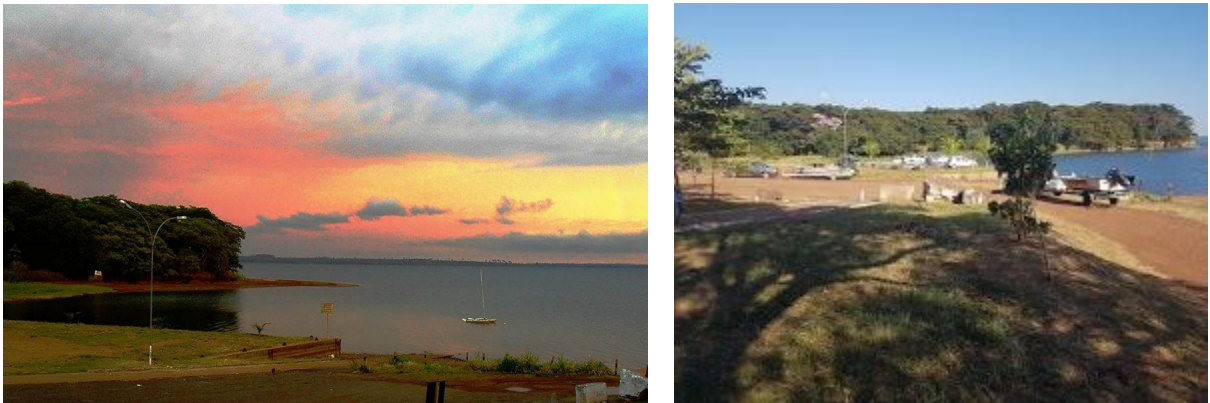


Figura 13 Praia Marina

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Ainda que desfrutando de boas condições, as praias de Ilha Solteira necessitam ser constantemente vigiadas. Há que se considerar, igualmente, a possibilidade e a viabilidade de colocar em uso praias que, até o momento, ainda se

mantêm em estado relativamente selvagem ou mesmo que ainda não foram “descobertas”.

Desnecessário ressaltar que esse procedimento deverá ser efetuado após estudos sérios de viabilidade e sempre respeitando o meio ambiente. Por sinal, uma das formas estratégicas de conservar esses locais é justamente trazê-los a público de uma forma racional, planejada e sustentável, que se antecipe a um uso alicerçado na prática predatória.

Segundo informações fornecidas pelo órgão municipal as praias ilhenses recebem mensalmente em torno de 3.000 visitantes (em baixa temporada) e 5.000 em alta temporada

3.4 Potenciais pontos ecoturismos a serem desenvolvidos em Ilha Solteira

Ao lado de atrações que já estão em relativa ou em plena atividade, existem em Ilha Solteira atrações ligadas ao ecoturismo que ainda precisam ser postas em ação ou em atividade. Algumas delas serão por nós comentadas no seguimento deste texto.

3.4.1 Eclusagem

De início, torna-se necessário esclarecer que a eclusa é utilizada, na navegação, para a transposição das embarcações em rios com diferentes níveis. Na eclusagem, a embarcação entra em um corredor com duas portas, permanecendo presa no local para que o nível do rio abaixe ou se eleve, conforme for o caso, ao nível de igualdade com o outro lado do rio para que seja liberado. Vale dizer que é possível, também, de forma monitorada, a realização de eclusagem como forma de ecoturismo.



Figura 14 Eclusa

Fonte ANEEL

Atualmente, em Ilha Solteira, um grupo especializado realiza o passeio da eclusagem na Usina Hidrelétrica de Três Irmãos.

A eclusagem constitui, sem sombra de dúvidas, uma atração turística de elevado potencial de crescimento. Basta dizer a esse respeito que os locais de eclusagem não são numerosos no Brasil, fazendo do passeio algo que suscita inegável curiosidade dos turistas e das pessoas em geral.

Em termos de crescimento dessa atração, pensamos, a título de exemplo, na possibilidade de ela chegar a ter a visibilidade que possui na cidade paulista de Barra Bonita. Para isso, é claro, faz-se necessário um grande esforço do poder público, com ações de marketing e, eventualmente, associações com a iniciativa privada.

3.4.2 Navegação no canal de Pereira Barreto

O Canal Pereira Barreto é um canal artificial com extensão de 9,6 km, interligando o reservatório da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ao da Usina hidrelétrica Ilha Solteira, por meio do Rio São José dos Dourados.

Esse canal artificial, construído pela CESP, inaugurado em 1990, interliga hidráulicamente os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, atuando como “vaso comunicante”, transferindo vazões em ambos os sentidos. Permite, assim, a navegação, a operação hidráulica integrada dos reservatórios e auxilia no controle de cheias. Otimiza energeticamente a operação e manutenção das duas usinas, minimiza vertimentos.



Figura 15 Canal de Pereira Barreto

Fonte: própria autora

O canal foi construído para o benefício da região e pode ser utilizada para a exploração ambiental pelas cidades que o compõem, sendo incentivada a regionalização pelo o Plano Nacional do Turismo 2018-2022, que tem como linha de atuação o ordenamento, gestão e monitoramento, buscando a iniciativa para fortalecer a gestão descentralizada do turismo.

3.4.3 Ilhas fluviais

A Ilha Solteira é uma ilha fluvial protegida pela Lei nº 1.125, de 06 de fevereiro de 2004, que a declara Área de Proteção Ambiental. A 12 km da Ilha Fluvial, existe um tipo de arquipélago com cinco ilhas, cujo nome é “Cinco ilhas”.

Uma dessas Ilhas recebeu a denominação de “Ilha da Ferradura”, tendo em vista seu formato, que é semelhante ao da ferradura. As Ilhas possuem densa vegetação em seu interior, areias brancas em suas praias, que se tornam visíveis no período da seca, sendo, também, repletas de espécies nativas da flora e fauna regionais.

As ilhas fluviais são consideradas áreas de proteção ambiental. Assim sendo, nelas podem ser levadas a cabo atividades para o desenvolvimento do ecoturismo, com exceção da ilha fluvial Ilha Solteira, que está situada na área de segurança da Usina hidrelétrica de Ilha Solteira.



Figura 16 Ilha Fluvial – Ilha Solteira



Figura 17 Cinco Ilhas

Fonte: Imagens do satélite

No caso da Ilha da Ferradura, atualmente e de modo clandestino, várias pessoas construíram ranchos para seu próprio uso, não havendo qualquer fiscalização por órgão municipal. É preciso alertar que essa atividade irregular põe em risco o meio ambiente e, por conseguinte, o turismo ambiental, já que inexistente planejamento para que a ocupação humana não gere problemas no meio ambiente.



Figura 18 Ilha da ferradura com os ranchos clandestinos construídos

Fonte: Imagens do satélite

3.5 Obstáculos a serem sanados para o desenvolvimento Ecoturismo em Ilha Solteira

Em vista de tudo o que foi até o momento exposto, verifica-se, sem contradição, que Ilha Solteira guarda imensas potencialidades para se firmar como um dos mais

importantes municípios ecoturísticos do estado de São Paulo e, certamente no futuro próximo, de todo o Brasil.

Todavia, a transformação em uma estância ecoturística plena implica em outros elementos além daqueles relacionados a sua potencialidade para o ecoturismo em si. Nesse sentido, não se pode esquecer de levar em conta os aspectos que obstaculizam, por assim dizer, a boa gestão do turismo ecológico em Ilha Solteira, ameaçando-lhe a condição de destino de ecoturismo. Somente enfrentando tais dificuldades é que a condição ecoturística do município amadurecerá e ganhará raízes profundas.

Por essa razão, julgamos conveniente fazer acompanhar a lista de potencialidades turística de Ilha Solteira de um rol dos principais problemas que, no nosso entendimento, o município tem e que representam obstáculos para o desenvolvimento natural de Ilha Solteira como efetivo destino turístico.

Da mesma forma que o poder público tem de ter sensibilidade para descobrir, cuidar e catapultar as atrações ecoturísticas, precisa, igualmente, discernir os impedimentos ao desenvolvimento desse turismo, concentrando esforços para superá-los o mais rápido possível.

3.5.1 Praia do Lixão

Existe na cidade uma praia conhecida como “lixão”. Esse nome foi dado tendo em vista a proximidade com o antigo aterro sanitário da cidade. Isso não permite que as pessoas nadem no local, haja vista sua profundidade.

Já foram verificadas mortes no local. Atualmente, existe uma placa informativa que alerta que a praia é imprópria para banho. Porém, não há fiscalização para garantir que a ordem seja acatada.

O poder público deve, portanto, equacionar tal problema. Ainda assim, sugere-se a exploração da praia e da área para prática de esportes radicais, canoagem, e mesmo trilhas, com o que se vislumbrará o local, aprendendo a preservar a mata.



Figura 19 Trilha de descida para a praia do lixão

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

3.5.2 “Praia” entre as Praias Marina e Catarina

No espaço localizado entre as praias Marina e Catarina, há um trecho de praia em que é proibido nadar, mas que está mal sinalizado para isso. A situação é tanto mais grave quanto o local é extremamente bonito e muito utilizado por banhistas.

Já houve até ocorrências de morte por afogamento nessa região, na qual inexistem fiscalização e salva-vidas. É preciso, pois, adequar o local à visitação da população, sem o que não se poderá falar em desenvolvimento ecoturístico.



Figura 20 Vista Panorâmica entre as Praias Marina e Catarina

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilha Solteira

Novamente, observa-se a necessidade da intervenção do poder público, sem a qual a imagem da praia se degradará junto a possíveis outros turistas e visitantes. Para o sucesso e bom aproveitamento do ecoturismo, urge ao governo municipal oferecer sua contrapartida à natureza.

3.5.3 Recanto das águas

Na região do bairro Recanto das Águas, foi realizado um loteamento, com a venda de inúmeros terrenos. Os ranchos construídos à margem do rio acabaram por invadir a área que serve de passagem para que as pessoas tenham acesso ao rio. Já os poucos terrenos que não foram vendidos foram invadidos por matagal, impedindo a circulação normal das pessoas.



Figura 21 Recanto das águas

Fonte: imagens do satélite

Tal qual se nota, um dos maiores obstáculos ao turismo de natureza é a interferência inadequada do ser humano ao meio ambiente. Nos dias atuais, a natureza, principalmente aquela localizada em áreas que podem ser valorizadas pelo turismo, tem de enfrentar as consequências, a um só tempo, desastrosas e poderosas da especulação imobiliária.

Certamente que tal situação demanda para sua resolução a ação enérgica, principalmente, do poder público, que deve possuir um plano de turismo bem sólido e sério, que persuada a população de que todos ganharão se este ou aquele local permanecer sob as rédeas da municipalidade, que, dessa forma, fará chegar a cada um dos munícipes as vantagens provindas da indústria do ecoturismo.

É de considerar, igualmente, a importância que a educação ambiental poderia desempenhar nesses casos, esclarecendo as pessoas a respeito da positividade de compartilhar bens coletivos no lugar de serem eles de posse e usufruto de poucas pessoas.

3.5.4 Problemas sociais

Ultimamente, a cidade de Ilha Solteira vem enfrentado problema social de enorme gravidade, o que acaba influenciando, indiretamente, o turismo e o ecoturismo locais. Por exemplo, a “Casa Pai”, ou seja, o “Centro de Atenção de Saúde e Assitência – Programa de Atenção Especial”, era órgão que auxiliava na recuperação de toxicômanos e de alcoólatras, na forma de prevenção e acompanhamento de suas doenças.

A Prefeitura de Ilha Solteira, no entanto, decretou o fechamento da Casa Pai, o que contribuiu para que os antigos assistidos permaneçam nas ruas e em locais estratégicos (próximo ao banco, na entrada de supermercados bem como em praças públicas pedindo dinheiro), causando, assim, temores e desconforto aos turistas e demais frequentadores das cercanias.

Outro problema encontrado e que deve ser citado são os animais abandonados, isto é, o problema de cães abandonados e que trazem resíduos para as ruas, algumas doenças específicas e transtornos para os transeuntes. A quantidade populacional desses animais é muito grande. Por tais motivos, três organizações não governamentais foram criadas e permanecem em local cedido pela Prefeitura. Os órgãos sobrevivem de doações e de eventos promovidos na cidade, como feira da pechincha, além das campanhas para arrecadarem ração, material de limpeza e remédios.

O órgão municipal realiza algumas castrações, mas não contribui com as melhorias do local, nem com rações ou remédios. Se estes animais voltarem para as ruas, o prejuízo será muito grande para a cidade, já que os turistas não permanecerão à vontade em local no qual possam correr riscos de doenças.

Como se nota, o problema é de saúde pública, cabendo ao órgão público sanar o problema, encontrando, para isso, alternativas concretas e viáveis que contribuam para o controle dos animais na cidade de forma que não prejudique o meio ambiente e não represente um ato de violência contra os animais. Sugerem-se campanhas educativas para a adoção responsável, campanhas de conscientização da população para não abandonar os animais, projeto de castração, com ampla divulgação.

3.4.5 Ausência de Marketing específico e contínuo

Há, também, a necessidade de folhetos, prospectos e cartilhas informativos e estratégicos de marketing com vistas à divulgação dos pontos ecoturísticos da cidade.

Sugere-se, que nos eventos que reúnem maior quantidade de pessoas, segundo os dados fornecidos pelo órgão municipal, como a Virada Cultural; no circuito SESC (3.000 pessoas); no carnaval popular/da família (3.000 pessoas), no carnaval dos estudantes da UNESP (15.000 pessoas); na Festa Agropecuária, Industrial e Comercial - FAPIC (15.000 pessoas); o Festival Gospel (8.000 pessoas); o Festival Interunesp de MPB/Jogos de Integração/ Woodstock (9 mil Universitários); o MOTO FEST (25.000 pessoas); o Festival Nacional de Música Popular Brasileira (15.000 pessoas) entre outros, que sejam realizadas divulgações dos pontos ecoturísticos, bem como de programações, visando demonstrar a potencialidade do município.

A bem do rigor, Ilha Solteira carece de planos de marketing e de comunicação que divulgem, de forma profissional, a cidade para os turistas. A divulgação poderia principiar sendo regional e evoluindo ao plano estadual.

3.5.5 Capacitação dos servidores

Há sensível necessidade de capacitar formalmente os servidores e os funcionários públicos para que contribuam, de diversas formas, com o meio ambiente, com ecoturismo e com o turista.

Um exemplo em Ilha Solteira: a ONG Eco Ilha, que é responsável pela limpeza dos rios, organizou com o auxílio de vários voluntários, inclusive das Instituições educacionais públicas e privadas, além do comércio local, a plantação de árvores na praia Marina, com mudas diversas.

Todavia, dias depois, os funcionários da Prefeitura foram fazer a roçagem do terreno e, por desconhecimento, não viram as mudas, arracando-as. Quem trabalha

com o ecoturismo, por sua vez, tem de ser capacitado para tal. Nesse quadro, as universidades e faculdades locais podem ser de grande auxílio, como, por exemplo, a Universidade Estadual Paulista e a Universidade Brasil.

Da mesma forma, deve-se estabelecer uma concreta e abrangente cooperação entre a prefeitura e a ETEC de Ilha Solteira, já que esta, entre outras características, oferece o curso de Técnico em Guia de Turismo, Turismo Receptivo e Eventos.

3.5.6 Educação ambiental

Conforme é sabido, a educação ambiental reveste-se como ação essencial para o desenvolvimento sustentável do município, devendo-se capacitar a população local e os trabalhadores do ecoturismo em questões dessa área.

a) Nas escolas

De acordo com a legislação, a Educação ambiental deve ser aplicada em todos os níveis de ensino; porém, para que traga benefício para a localidade, é preciso que sejam desenvolvidos projetos despertando nos alunos uma visão dos problemas locais e as possíveis soluções.

b) Sociedade

Para a sociedade de forma geral, para o desenvolvimento do ecoturismo, é preciso confeccionar um novo Plano Diretor do Turismo, com a efetiva e não apenas simbólica participação social, focando nos pontos ecoturísticos presentes, trazendo a sociedade para frequentar os locais, despertando uma conscientização preservacionista, contribuindo, enfim, para que o morador convide outras pessoas para conhecer a sua cidade. Cidadão consciente passa a ser um guia de turismo e preservador do meio ao qual ele vive.

O ecoturismo, planejado para proporcionar sustentabilidade em longo prazo, envolve enfoques qualitativos ao invés de apenas quantitativos, emprega os moradores locais e proporciona desenvolvimento socioeconômico (FERRETTI, 2002).

Tendo em vista os fatos apresentados, é possível constatar as potencialidades e as fraquezas que devem ser sanadas para o desenvolvimento do Ecoturismo, mas somente é possível a sua concretização com educação ambiental para a valorização do ser humano e contribuir para o desenvolvimento sustentável do município.

Mais uma vez, ressalta-se a relevância dos Institutos de Educação Superior fixado em Ilha Solteira e a ETEC no sentido de poderem realizar tal educação.

3.5.7 Falta de fiscalização dos órgãos públicos

Por fim, mas não menos importante, um dos aspectos que obstaculizam com maior severidade o turismo de Ilha Solteira é, sem sombra de dúvidas, a falta de fiscalização sistemática de rigorosa do cumprimento das leis ambientais.

De pouco adiantam as legislações e o engajamento da população, se não houver o órgão ativo e fiscalizador para o cumprimento das leis ambientais. Depende disso, também, o sucesso do ecoturismo no município de Ilha Solteira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, cumpre, antes de tudo, afirmar que a presente dissertação de mestrado pretendeu, de forma sistemática e crítica, examinar o ecoturismo em Ilha Solteira, município localizado no interior do Estado de São Paulo.

Nos limites deste texto, nossa tarefa consistiu em expor um quadro de sítios ecoturísticos do município, antecedido por um suporte teórico sobre a questão do turismo e do ecoturismo. Tais itens foram desenvolvidos de forma panorâmica e com um desenho de pesquisa bibliográfico e documental, com incursões a campo da autora da presente pesquisa.

A noção e a prática do ecoturismo desenvolveram-se em paralelo com a própria ideia de sustentabilidade. É bastante natural, assim, que o turismo, principalmente na versão do ecoturismo, tenha avançado em direção certa a localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos e das regiões litorâneas, chegando a áreas antes intocadas pelos seres humanos.

Nesse sentido, há necessidade crescente e óbvia de preservação dos locais em que estão sendo expostos os recursos naturais com potencial turístico, tornando-se necessário, da mesma forma, um equilíbrio entre a economia, a ética e o meio ambiente; ou seja, há necessidade de que o desenvolvimento do turismo seja sustentável.

Com vistas a que se verifique, efetivamente, a mencionada preservação, faz-se premente, além da conscientização dos turistas, da ação enérgica e sistemática do poder público, do esclarecimento da população local a respeito dos sítios turísticos para - após captar os turistas para um ambiente de preservação ambiental – agir a fim de que o espaço seja preservado dos impactos ambientais e prossiga sendo o local em que boa parte da população nativa retira, por exemplo, seu sustento diário.

Em outros termos e em que pesem as dificuldades para a verificação disso, há que coexistir exploração turística racional e meio ambiente preservado, o que é o núcleo da sustentabilidade.

Como pretendemos ter feito entender ao longo da presente dissertação, para que tal meta possa ser atingida, torna-se necessário que a gestão pública seja atuante

e estratégica, agindo em harmonia integrada com a participação popular, estabelecendo-se planos sistemáticos para o desenvolvimento sustentável dos municípios turísticos ou com potencial turístico.

Mesmo nessas condições ideais, não será fácil equilibrar, com justiça e bom senso, a tarefa de preservação com a do desenvolvimento econômico. No caso particular de Ilha Solteira, a discussão e o debate desses tópicos encontra-se em estado quase se diria embrionário, havendo premente necessidade de mobilizar as autoridades locais e o conjunto da sociedade para se engajar numa discussão séria e consequente.

Desse debate, devem fazer parte as faculdades e universidades públicas ou privadas do município, bem como o curso de Técnico de Guia de Turismo e Turismo Receptivo, oferecido pela ETEC (Centro Paula Sousa) local. A depender da situação, a iniciativa privada também poderá ser convocada.

Nesse quadro, a questão do ecoturismo em Ilha Solteira apenas ficará devidamente equacionada se se considerar tantos as forças do ecoturismo local quanto as suas fragilidades. Por sinal, não foi por outra razão que expusemos, lado a lado, os pontos fortes para o desenvolvimento do ecoturismo em Ilha Solteira e seus obstáculos problematizadores. Agindo assim, de forma integral, holística e real, o diagnóstico da situação se torna mais amplo e efetivo, gerando planos de ação com maior probabilidade de conhecerem sucesso.

Chegado neste ponto, deve ficar claro que uma investigação como a nossa está bem longe de estar finalizada ou mesmo no meio do caminho. O levantamento de sítios ecoturísticos consiste em trabalho minucioso, em constante progresso; mais ainda em Ilha Solteira, município em que, provavelmente, muitas atrações ainda estão por ser descobertas, escondidas que estão no mato virgem ou em localidades de difícil acesso.

Por outro lado, alguns locais já conhecidos e catalogados ainda não têm seu potencial ecoturístico totalmente compreendidos e menos ainda utilizados. Seja como for, deve haver, por força, uma mobilização metódica para minorar este problema. Acreditamos que nosso trabalho possa representar – guardadas as devidas proporções, repetimos - uma forma inicial de galvanizar os interesses públicos e até privados em direção do desenvolvimento pleno ou quase isso do ecoturismo.

Para concluir a presente argumentação, urge acentuar a importância estratégica do trend de turismo para que o turismo ecológico em Ilha Solteira se torne realidade palpável por meio de uma infraestrutura realmente presente que o suporte e o apoie no crescimento.

Semelhantemente, há que se elaborar, com atenção, minúcia e exequibilidade, um plano de marketing e de comunicação específicos, abrangente e profissional, com a contratação de profissionais gabaritados e com um histórico de bons trabalhos já realizados nessa área. Em outras palavras, com ou sem apoio do capital privado, Ilha Solteira necessita, de uma vez por todas, profissionalizar seu ecoturismo.

Nessa linha de considerações, poderia até se mirar no exemplo de outras cidades ecoturísticas do Brasil e mesmo do exterior, como, por exemplo, o município de Bonito, no Mato Grosso do Sul. Por outra linha, seria interessante cogitar a construção de um empreendimento de grande visibilidade, como um moderno e amplo balneário, semelhante ao de Olímpia, no interior de São Paulo, e que poderia, servindo como âncora de outras atrações, dinamizar o ecoturismo em Ilha Solteira.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANEEL- AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA. Disponível em http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/consulta_publica/documentos/Informa%C3%A7%C3%B5es%20Gerais%20UHE%20Tr%C3%AAs%20Irm%C3%A3os.pdf. Acesso em 04/01/2019, as 22h34min.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO TURISMO 2018- ANO BASE 2017. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em 22 de junho de 2019 as 14h25 min.

BARBIERI, José C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias da Agenda 21. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Política Nacional de Turismo. Diário Oficial da União, de 17.09.2008. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em 21 de janeiro de 2018

_____. Constituição, 1988. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Ministério do Turismo. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7673-brasil-avan%C3%A7a-no-ranking-de-competitividade-em-turismo-do-f%C3%B3rum-econ%C3%B4mico-mundial.html>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo**: atividade marcante do século XX. Caxias do Sul: Gráfica da Universidade de Caxias do Sul, 1986.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010.

Diretrizes Política Nacional do Turismo. Disponível em http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizepoliticannacionalecoturismo1994.pdf. Acesso em 23 de abril de 2018 as 8h45min.

FERRETTI. Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Editora Roca, 2002. Acesso em 23 de novembro de 2017 as 1h43min.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. Disponível em http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/galerias/Downloads/PDTI_EMBRATUR-10.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

GUIA GEOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.sp-turismo.com/municipios-sp.htm> Acesso em 05 de janeiro de 2019, em 12h34min

GUIA TURÍSTICO DE ILHA SOLTEIRA. Disponível em http://visiteilhasolteira.sp.gov.br/wordpress/wp-content/themes/ilhasolteira/assets/downloads/GuiaTuristico_IlhaSolteira_RGB.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2018 as 9h32min

KNAFOU, R. Ecoturismo. In: VEYRET, Yvette (Org.). **Dicionário do meio ambiente**. São Paulo: Senac, 2012. p.121-122.

KNAFOU, R. **Turismo e meio ambiente**. In: VEYRET, Yvette (Org.). **Dicionário do meio ambiente**. São Paulo: Senac, 2012. p.338-339.

ILHA SOLTEIRA, <https://www.ipmet.unesp.br/2tempo.php>. Acesso em 24 de fevereiro, 2018 as 23h22min

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ilha-solteira.html> Acesso em 08 de janeiro de 2019

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ILHA SOLTEIRA. Disponível em https://www.cmilhasolteira.sp.gov.br/temp/12022019033501lei_organica_do_municipio.pdf. Acesso em 20 de abril de 2018, as 8h45 min.

MACNEILL, J.; WINSEMIUS, P.; YAKUSHIJI, T. **Para além da interdependência: a relação entre a economia mundial e a ecologia da Terra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MOTA, Kelia Cristina Nicolau. **Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, Jose Luiz. **Memorial dos Municípios**. Disponível em <http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/historico-categoria,278,H.html>. Acesso em 07/01/2018

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). Disponível em http://ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx. Acesso. Em 08/01/2019, às 20h31min.

PLANO DIRETOR DE TURISMO DE 2016 A 2015 DA ESTANCIA TURÍSTICA DE ILHA SOLTEIRA. Disponível em http://visiteilhasolteira.sp.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/12/planodiretor_ilhasolteira_RGB_aberto.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2018, as 10h38min

PLANO NACIONAL DO TURISMO 2018-2022. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2018 as 19h51min.

PONTOS TURÍSTICOS DO BRASIL. Disponível em www.pontosturisticosbrasil.org. Acesso em 21 de janeiro de 2018, as 20h32

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA. Disponível em www.ilhasolteira.sp.gov.br. Acesso em 20 de janeiro de 2018, as 20h32

PROJETO MEMÓRIA DOS MUNICÍPIOS. Memória de Ilha Solteira. Disponível em <http://www.memorialdosmunicipios.com.br/listaprod/memorial/ilhasolteira.categoria2,278,M.html>

SÁVIO, Fernando. **Ilha Solteira Um sonho, uma história**. São Paulo: THS Editora, 2011.

SÃO PAULO. Constituição Estadual, 1.989. **Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1.989. Disponível em <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>. Acesso em 23 de novembro de 2.018

_____. Decreto Lei Estadual nº. 7664/91. Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado. Assessoria Técnico-Legislativa, de 11 de março de 1992. São Paulo: **Assembleia Legislativa**, 1.991. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7664-30.12.1991.html>. Acesso em 02/01/2018

_____. Lei 14.334 de 30 de novembro de 1.944. Divisão administrativa e judiciária do Estado. Assessoria Técnico-Legislativa, de 30 de novembro de 1944. São Paulo: **Assembleia Legislativa**, 1.944. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html>. Acesso em 02/01/2018

_____. Lei Complementar nº 877/2000. Altera a organização e a divisão judiciárias do Estado. Assessoria Técnico-Legislativa, de 29 de agosto de 2000. São Paulo: **Assembleia Legislativa**, 2.000. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2000/lei.complementar-877-29.08.2000.html>. Acesso em 04/01/2019

_____. Lei Complementar nº 1.261/2015. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. Assessoria Técnico-Legislativa, de 29 de abril de 2015. São Paulo: **Assembleia Legislativa**, 2.000. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em 03/01/2019

_____. Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico. Assessoria Técnico-Legislativa, de 22 de dezembro de 1.977. São Paulo: **Assembleia Legislativa**, 2.000. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6513-20-dezembro-1977-366517-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10/01/2019

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.**
São Paulo: Manole, 2001.